

Pela suspensão das relações comerciais e militares com Israel



Por **MARILENA CHAUI, PAULO SÉRGIO PINHEIRO, LEDA MARIA PAULANI, CARLO AUGUSTO CALIL, ARLENE CLEMESHA, VLADIMIR SAFATLE & PAULO CASELLA***

Professores exigem coerência: se o Brasil reconhece o genocídio palestino, como manter acordos com quem o comete? Suspende relações não é gesto simbólico – é recusar-se a ser cúmplice de um regime que usa o Holocausto como licença para repeti-lo

1.

Os ataques de Israel ao Irã, com a posterior entrada dos EUA no conflito, arrastaram o mundo para cenários imprevisíveis. A violência sem limites contra o povo palestino e a agressão não provocada ao Irã ameaçaram a segurança das nações, quebraram o direito internacional e a atuação eficiente das instituições multilaterais.

Estamos perigosamente nos aproximando da situação vigente no período anterior à Segunda Guerra Mundial. E o resultado desastroso é por todos conhecido.

O genocídio em Gaza, perpetrado deliberadamente por Israel para inviabilizar a existência do povo palestino em seu próprio território, a redução de toda uma população à condição sub-humana, a arrogância que impede agências da ONU de proteger refugiados, o assassinato de jornalistas, médicos e de funcionários de agências internacionais, a invasão do Líbano, os ataques à Síria, ao Iêmen e ao Irã, em todas essas ações coordenadas o governo israelense viola e tripudia sobre a lei internacional, alegando o direito de defesa.

No entanto, a ordem multilateral está fundamentada na lei internacional, e esta é muito clara ao enunciar as obrigações básicas dos terceiros Estados, dentre as quais se incluem prevenir ou não contribuir para a manutenção do crime de agressão e sua expressão mais hedionda, o genocídio.

O não cumprimento dessas obrigações constitui omissão e cumplicidade e compromete a vigência e eficácia do sistema internacional baseado no princípio da universalidade dos direitos humanos fundamentais e da proteção destes sob a égide do direito internacional.

A aplicação de sanções como forma de isolar o Estado de Israel para pressioná-lo a parar o genocídio e os crimes de agressão contra seus vizinhos, já é uma tendência mundial, que começa a ser seguida até por países europeus, que jamais deixaram de ser aliados de Israel.

2.

A Espanha aprovou um embargo militar a Israel e trabalha para efetivá-lo, o Reino Unido suspendeu as negociações de um tratado de livre comércio, a Irlanda prepara legislação para suspender toda atividade comercial com esse país, a Turquia interrompeu a venda de petróleo, e a Sérvia acaba de anunciar embargo à venda de armas ao Estado de Israel. Até mesmo empresas, como a Maersk, gigante dinamarquesa do setor de cargas, rompeu relações com empresas operando em assentamentos israelenses.

O Brasil, pela voz de seu maior dirigente, reconhece o genocídio perpetrado por Israel contra o povo palestino, e temos demonstrado nosso repúdio a esse crime em votações na Assembleia geral da ONU. A matéria se encontra sob apreciação em quatro casos em andamento na Corte Internacional de Justiça.

Também nos posicionamos através de lúcidas e incisivas declarações do Presidente da República, em consonância com a maior parte do corpo acadêmico brasileiro e os maiores especialistas mundiais em estudos do genocídio.

Em face dos crimes de guerra cometidos por Israel, não cabe manter com ele vínculos comerciais ou militares, com a transferência de material bélico e a realização de feiras tecnológicas ou o fornecimento de petróleo. O Brasil integra um Tratado de Livre Comércio entre o Mercosul e Israel que não cumpre sua própria cláusula de exclusão de produtos oriundos de assentamentos ilegais.

A suspensão das relações comerciais e militares assim se impõe, em defesa da lei internacional e dos princípios básicos da condição humana. Como liderança regional, o Brasil deve dar o exemplo.

***Marilena Chaui** é professora Emérita da FFLCH da USP. Autora, entre outros livros, de *Em defesa da educação pública, gratuita e democrática* (Autêntica). [<https://amzn.to/3IIFSBL>]

***Paulo Sérgio Pinheiro** é professor aposentado de ciência política na USP; ex-ministro dos Direitos Humanos; relator especial da ONU para a Síria e membro da Comissão Arns. Autor, entre outros livros, de *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935* (Companhia das Letras) [<https://amzn.to/4le1Cnw>]

***Leda Maria Paulani** é professora titular sênior da FEA-USP. Autora, entre outros livros, de *Modernidade e discurso econômico* (Boitempo) [<https://amzn.to/3x7mw3t>]

***Carlos Augusto Calil**, professor da Escola de Comunicações e Artes da USP, é ex-secretário municipal de Cultura de São Paulo (2005-12).

***Arlene Clemesha** é professora de história árabe contemporânea da Universidade de São Paulo (DLO-USP). Autora, entre outros livros, de *Marxismo e judaísmo: história de uma relação difícil* (Boitempo) [<https://amzn.to/3GnnLwF>]

***Vladimir Safatle** é professor titular de filosofia na USP. Autor, entre outros livros, de *Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação* (Autêntica) [<https://amzn.to/3r7nhlo>]

***Paulo Casella** é professor titular de Direito Internacional na USP.

Publicado originalmente no jornal [Folha de S. Paulo](#).